

POTENCIALIDADES DA MUSEALIZAÇÃO, DESAFIOS DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE MUSEUS DE INDUMENTÁRIA E MODA

POTENTIAL OF MUSEALIZATION, INFORMATION CHALLENGES: A CASE STUDY FROM CLOTHING AND FASHION MUSEUMS

Manuelina Maria Duarte Cândido

Professora Adjunta I da Universidade Federal de Goiás (UFG), do curso de Museologia. Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. E-mail: manuelin@uol.com.br

RESUMO

Museus ligados à indumentária e à moda no Brasil são abordados aqui como um caso específico, mas não singular, de ausências no patrimônio preservado no Brasil ou, ainda, de lacunas nas informações disponíveis para a sociedade a respeito deste patrimônio. Procuramos mostrar algumas discussões contemporâneas sobre museus e patrimônio no Brasil e os desafios para o enquadramento deste complexo universo em sistemas de informação como o Cadastro Nacional de Museus (CNM).

Palavras-chave: Museus. Musealização. Informação. Moda. Cadastro Nacional de Museus.

ABSTRACT

Museums related to clothing and fashion in Brazil are discussed here as a specific case, but not unique of absences in heritage preserved in Brazil, or even gaps in the information available to company regarding this heritage. We try to show some contemporary discussions on museums and heritage in Brazil and the challenges for this complex universe be included in information systems such as the National Museums Register (CNM).

Keywords: Museums. Musealization. Information. Fashion. National Museums Register.

Introdução

Este texto tenta seguir o rastro dos museus ligados a indumentária e moda no Brasil, buscando compreender sua inserção e também sua invisibilidade no quadro mais geral do patrimônio, além de pontuar as interseções, sobreposições e limites das categorias como moda, roupa, indumentária, vestuário, figurino e

outras, que contribuem para tornar este universo complexo e de difícil apreensão por sistemas de informação como o Cadastro Nacional de Museus (CNM).

Desta forma, a partir de um estudo de caso, demonstramos a existência de ausências no patrimônio preservado no Brasil ou, ainda, de lacunas nas informações disponíveis para a sociedade a respeito deste patrimônio. A escolha aqui foi moda e indumentária, motivada pelas aproximações que temos tido com o curso de Design de Moda da Universidade Federal de Goiás e com pesquisadores da área de História da Moda e da Indumentária, mas alguns obstáculos no acesso poderiam ser extrapolados para outras tipologias.

Podemos afirmar que este é um momento efervescente para o debate sobre roupas e patrimonialização no Brasil, marcado pela criação de um Museu da Moda no Rio de Janeiro e certa disputa sobre a precedência entre aqueles que desejam o título de primeiro museu da moda do país. Houve ainda a realização de um inédito curso de Museologia da Moda em abril de 2013, no Rio de Janeiro, com a presidente do Costume, Comitê do ICOM (Conselho Internacional de Museus) para Coleções e Museus de Vestuário¹. Alguns outros impulsos merecem ser ressaltados, como a formação do Colegiado da Moda, órgão dentro do Ministério da Cultura, no final de 2010, e a 23ª Conferência Geral do ICOM realizada pela primeira vez no Brasil em agosto de 2013, trazendo uma importante representação do mencionado comitê para o Rio de Janeiro.

Para fundamentar nossa contribuição, trazemos o artigo 216 da Constituição Brasileira, que define o que vem a ser nosso patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural² brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Com base neste artigo e no capítulo sobre o meio ambiente, que infelizmente nesta Constituição, ainda é tratado sob uma perspectiva meramente biológica, podemos trabalhar

com as seguintes categorias de patrimônio: Natural, Material ou tangível (móvel e imóvel), Imaterial ou intangível.

Tais categorias, evidentemente, são tomadas aqui apenas para fins didáticos, sem olvidar a interrelação entre as diferentes vertentes do patrimônio. Da mesma forma, preferiríamos usar um conceito antropológico de cultura que compreende também a natureza como algo construído e apreendido pelo nosso sistema de valores culturais³, mas no que disser respeito à legislação iremos mencionar os diferentes órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural e pelo natural.

No que tange ao patrimônio cultural os principais órgãos de proteção em nível federal são o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do qual se desdobrou, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), enquanto que o patrimônio natural, devido aos fatores antes mencionados, ficam na alçada dos órgãos ambientais, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ligado ao Ministério do Meio Ambiente e o *Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)*, autarquia, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em termos de marco legal podemos registrar que o Brasil possui uma refinada legislação que antecede inclusive a criação de alguns instrumentos de reconhecimento em nível internacional, como nosso tombamento federal, instituído pelo Decreto-lei no 25 de 1937 e o Decreto federal no 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens imateriais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, somente em 1972 aprovou a Convenção de Proteção do *Patrimônio* Mundial Cultural e Natural que criou a lista do *Patrimônio* da Humanidade e, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Os mencionados instrumentos legais para a proteção do patrimônio cultural no Brasil criaram as figuras do tombamento e do registro, bem como os livros onde são assentados os bens por eles preservados. São quatro livros de Tombo e quatro de Registro, a saber: Livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo de Belas Artes; Livro de Tombo de Artes Aplicadas; Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde acontecem práticas culturais coletivas.

Além da legislação já citada, sem pretender exaurir a questão, podemos mencionar mais alguns importantes instrumentos como a Lei Federal no 3924/ 1961, que protege o patrimônio arqueológico, a Portaria no 55/1990 do Ministério da Ciência e Tecnologia que regula a coleta de materiais fossilíferos sob fiscalização do DNPM e o Estatuto dos Museus

(Lei 11.904/2009). Há ainda, em geral criadas sob inspiração das leis federais, leis estaduais e municipais de proteção, em quase todos os estados e vários dos municípios brasileiros.

O que gostaríamos de ressaltar com este preâmbulo é a história de uma lacuna: onde se localizam nestes marcos legais e institucionais, espaços para indumentária e moda como patrimônio? Quando a moda é tradição, liga-se à preservação dos saberes e fazer, no campo do patrimônio intangível, e já há iniciativas de preservação, como as pesquisas de Beatriz Góis Dantas sobre a renda em Sergipe. Mas e quando se trata da produção industrial? Ou da matéria?

A indústria têxtil no Brasil poderia estar sendo abordada pelo aspecto da musealização do patrimônio industrial ou da Arqueologia Industrial, campos que não têm em nosso país, a mesma força que em países como Portugal ou Reino Unido, por exemplo.

Entretanto, no campo dos objetos ligados à moda, podemos falar de um processo de invisibilidade (ANDRADE et al., 2013), e ferramentas de largo uso pelos profissionais do campo da Museologia como catálogos de museus e mesmo o Cadastro Nacional de Museus (CNM) e seus mecanismos de busca tendem a omitir informações sobre indumentária quando parte de acervos maiores e ecléticos, o que vem a ser grande parte da realidade das instituições em nosso país (ANDRADE, inédito).

Em se tratando de um texto dirigido em grande parte a profissionais e pesquisadores de fora do campo, cabe apresentar alguns conceitos para a compreensão da Museologia e seus interesses de estudo.

Museus, Museologia, musealização

A Museologia foi definida por Waldisa Rússio como parte das ciências humanas e sociais um objeto específico, o fato museal ou museológico. “O fato museológico é a relação profunda entre homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir.” (RÚSSIO, 1981 apud BRUNO, 2010, p. 123). Há, portanto, um forte sentido relacional e comunicacional da Museologia, que se baseia em processos nos quais um objeto emissor (não necessariamente material, pois qualquer referência patrimonial pode ser tomada como objeto museológico) é posto em diálogo com o sujeito que o interpreta e lhe atribui significados, e esta relação ocorre em um cenário ou ambiente que não é apenas o local em que a relação se dá, mas também um conjunto de elementos que participam da construção da mensagem e interferem em sua decodificação. De acordo com Almeida (2004, p. 331), o modelo de comunicação museal proposto por Rússio se aproxima do semiótico-textual, pois além de ter duas vias, entre emissor e receptor, leva em conta o universo cultural de cada um.

Ao estudar a relação dialógica da sociedade com seu patrimônio, a Museologia deve também estar atenta para desvelar as lacunas. Os objetos têm potencial para passarem

de utilitários a semióforos, tal como entendido por Pomian (1984) e o museu é o lugar privilegiado para organizar e consagrar esta passagem, cuja finalidade não é a preservação ou as referências patrimoniais em si, mas o que nelas há de potência para levar a sociedade a se situar e se projetar no tempo, em uma relação passado-presente-futuro.

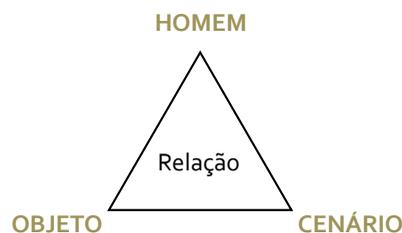
Os processos de musealização, que podem constituir instituições museológicas ou não, iniciam-se com um processo de seleção e atribuição de sentidos diferenciados a um conjunto de referências patrimoniais que faz parte de um universo referenciado maior, que ficará fora do processo de musealização e será nele representado por este recorte. Tal seleção faz destas referências patrimoniais ou indicadores da memória elementos que serão preservados (musealizados) a partir da aplicação de procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e de comunicação (exposição e ação educativo-cultural) patrimoniais e poderão fazer parte de diferentes argumentos no diálogo com a sociedade. O museu é um instrumento de mediação e as referências patrimoniais musealizadas se rearticulam sucessivamente em diferentes discursos: museus são políticos, datados e interessados.

Assim também a Museologia passa por grandes transformações e é fruto de seu tempo. Podemos realçar algumas grandes rupturas no âmbito do pensamento museológico internacional como a Declaração de Santiago (1972), que discutiu e ressaltou a função social dos museus, especialmente na América Latina, a Carta de Québec (1984) que lançou o Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM), existente até hoje, e a Declaração de Caracas (1992), que renovou os princípios da carta de Santiago reforçando a ideia de um desenvolvimento sustentável e o potencial do museu como canal de comunicação. Estes sucessivos documentos permitiram pensar e conceituar museus como processos de musealização e processos de musealização, mesmo não institucionalizados, como museus. Em sintonia com estas renovações do pensamento museológico mundial, Waldisa Rússia sintetizou o fato museal, relação entre o homem e objeto em um cenário, de forma a abarcar tanto manifestações mais tradicionais⁴ como as releituras do fenômeno⁵.

Figura 1

Fato museal e suas expressões na forma de museus e de processos de musealização.

Fonte: Manuelina Duarte



Museu tradicional = edifício + coleção + público

Novo museu = território + patrimônio + população

MUSEU / PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO

O mundo dos museus e da Museologia está cada vez mais atento ao que acontece no Brasil e ao nosso potencial de renovação do campo. Nossas experiências singulares e expressivamente numerosas como museus comunitários, museus indígenas, museus de favela, pontos de memória e similares, vêm atraindo não somente eventos significativos como a Conferência Geral do ICOM, mas o foco de publicações importantes como a Revista *Museum International* (2012, número especial sobre o Brasil). Ao mesmo tempo, no campo da cultura em geral e da economia da cultura⁶, em particular, os museus são elemento importante e também ganhando destaque em publicações de referência como o recente número da revista *The Economist* (2013) dedicado a museus.

O Conselho Internacional de Museus, ICOM, é uma organização criada em 1946 por profissionais de museus que reúne hoje mais de 30 mil membros (museus e profissionais) em 136 países e territórios. Seus objetivos são relacionados com a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial para a sociedade. Este patrimônio é compreendido como cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial. Seus antecedentes encontram-se no Office Internationale des Musées (OIM), criado em 1927, dentro da Sociedade das Nações, que por sua vez antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo ano, publicando as conferências proferidas em uma reunião realizada em Genebra, surgiu a revista *Museion* (Lorente, 2012, p. 36). Toda esta estrutura sofre reformulações após a 2ª Guerra Mundial, quando é criada a ONU e, como parte dela, a UNESCO⁷. O fundador do ICOM foi o americano Chauncey Jerome Hamlin, inspirado pela experiência da American Association of Museums. Ele mesmo presidiu o Conselho até 1953, sendo sucedido por Georges Salles, amigo de juventude de Georges Henri Rivière, que foi o primeiro diretor do ICOM, de 1948 até 1965, quando se tornou conselheiro permanente até sua morte em 1985. Estas figuras emblemáticas deram os contornos iniciais do ICOM e suas influências no panorama internacional dos museus e da Museologia já foram largamente estudadas e publicadas (LORENTE, 2012; GORGUS, 2003; DE LA ROCHA MILLE, 2011).

Especialidades tipológicas e a invisibilidade da moda e da indumentária nos museus brasileiros

Desde a primeira Conferência Geral do ICOM, em 1948, houve a organização das discussões em comitês temáticos internacionais. Atualmente o Conselho se estrutura a partir de 114 comitês nacionais e 31 comitês internacionais temáticos, entre os quais está o Costume, Comitê para Museus e Coleções de Indumentária, criado em 1962.

Outro comitê que também dialoga fortemente com a temática da moda como patrimônio é o COMCOL, Comitê para Coleções, interessado em discussões sobre teoria, prática e ética de coleta e coleções tanto de bens tangíveis como intangíveis. Entre seus temas estão também mencionados restituição de bens culturais e coleta contemporânea (COMCOL, s.d.).

O Comitê Brasileiro do ICOM foi criado em 1947, nosso país este representado desde a primeira reunião do Conselho, realizada no Louvre em 1946. Hoje somos 585 membros ativos individuais e 77 membros ativos institucionais⁸. O país possui mais de três mil museus, com grande diversidade temática e originalidade nos modelos de implantação. O Instituto Brasileiro de Museus reconhece a existência de grandes vazios geográficos na distribuição de museus pelo país (IBRAM, 2011), mas não se refere especificamente a algumas lacunas temáticas. Pela nossa experiência de campo consideramos que malgrado a existência de alguns museus especializados em vestuário, grande parte dos acervos desta natureza estão em museus com acervos muito diversificados e que eventualmente, em uma descrição de suas coleções, mencionam algumas (mais expressivas numericamente, ou aquelas consideradas de maior importância) e omitem outras. Além desde fator de invisibilidade há questões gerais da área como algumas fragilidades institucionais e é exemplo disto o fato do cadastro Nacional de Museus ter ficado fora do ar durante meses em 2012 e 2013, impedindo as consultas *online*.

O Cadastro Nacional de Museus é uma ferramenta desenvolvida e mantida *online* pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) a partir do preenchimento de um formulário pelas instituições. Ele funciona de certa forma como um guia *online* de museus brasileiros e poderá gerar publicações desta natureza a tirar pelo fato de que o Ibram mantém pesquisa sobre guias de museus publicados anteriormente no país:

Figura 2
Guias de museus
publicados no Brasil.
Fonte: Ibram

ANO	FONTE / AUTOR
1953	TORRES, Heloisa Alberto. Museums of Brasil. Ministry of Foreign Affairs. Cultural Division. Publication office. 1953. 82p.
1958	HOLLANDA, Guy de. Recursos educativos dos Museus Brasileiros. Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais e da Organização Nacional do ICOM (The International Council of Museums). 1958. 271p.
1972	ALMEIDA, Fernanda de Carmago e. 1939 - Guia dos Museus do Brasil: roteiros dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1972, 317p.
1978	CARRAZZONI, Maria Elisa (coord.) Guia de Museus do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1978. (Série Guias Culturais brasileiros; v.1)
1984	FERNADES, Neuza; SANTOS, Fausto Henrique; MOURA, Fernando Menezes de. Catálogo dos Museus do Brasil. Associação Brasileira de Museologia. 1984. 50p.
1997	ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de (coord.). Guia de Museus brasileiros. São Paulo: USP. 1997. 352p.
2000	Universidade de São Paulo. Comissão de Patrimônio. Guia de Museus Brasileiros. Universidade de São Paulo - SP: ed.da USP. Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Uspiana - Brasil 500 anos). ISBN: 85-314-0572-6 (EDUSP). 498p.

O total de museus mapeados, somados museus presenciais e virtuais é de 3.118. Tais instituições encontram como opções para se classificarem, as seguintes tipologias (podendo se classificar em mais de uma): Antropologia e Etnografia, Arqueologia, Artes Visuais, Ciências Naturais e História Natural, História, Virtual, Biblioteconômico, Documental, Arquivístico.

No cadastro as informações são auto-declaradas e foi possível realizar até 2012, para o objetivo de mapear acervos de indumentária, buscas nos campos “Nome do museu” e “Descrição do acervo”. Infelizmente, em seu retorno, o cadastro *online* privilegia a pesquisa pela localização geográfica das instituições e não mais apresenta a possibilidade de busca de palavras na descrição do acervo, campo este que não é mais visível para o consulente sequer procurando os dados dos museus um a um. Assim, hoje só seria possível localizar as palavras-chave de elas fizessem parte do nome do museu, o que não representa a realidade dos museus com acervos de moda e indumentária.

Uma preocupação, surgida no diálogo com especialistas da área de História da Moda é a existência de uma vasta gama de termos para se referir à indumentária, diversidade esta que pode mascarar a noção de um conjunto maior, pela fragmentação da informação. As buscas por palavras-chave no Cadastro Nacional de Museus precisou ser feita, portanto, com cada uma das seguintes entradas: Moda, Têxtil, Roupas, Vestuário, Traje, Figurino, Indumentária.

Na pesquisa por estas palavras-chave apareceram as 21 instituições listadas a seguir, que pelo nosso conhecimento do campo não incluem muitos importantes acervos, possivelmente invisibilizados dentro de acervos que são descritos com realce maior para outras tipologias: Museu Histórico Nacional, Museu Nacional do Calçado, Casa da Memória do Povo de Jaguaratama, Centro de Memória Audiovisual, Espaço Cultural Contemporâneo (Brasília), Museu de Arte Dica Frazão, Museu do Têxtil e da Moda da Universidade Regional de Blumenau, Museu Henriqueta Catharino, Museu Histórico Edvino Carlos Hoelscher, Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção, Museu Histórico Municipal (Sete Lagoas), Museu Histórico Municipal Nice Antonieta Schüler, Museu Histórico Prof. Celso Zoega Taboas, Museu Municipal de São José dos Campos, Museu Municipal Dr. Orlando Dias Athayde, Museu Municipal Parque da Baronesa, Museu Público do Município de Descalvado, Museu Casa Costa e Silva, Museu Casa Guimarães Rosa, Museu da Fundação Evangélica, Museu Virtual da Moda.

Tal lista foi complementada para apresentação no evento “Moda e Patrimônio Cultural em Perspectiva: I Seminário em História e Historiografia da Moda e Indumentária”⁹ com informações esparsas que nos chegaram por vias diversas, acerca da existência de acervos desta natureza também nos seguintes museus: Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora, MG), Museu de Arte de São Paulo, Museu Hering Dois Peixinhos, Museu Imperial, Museu do Traje e do Têxtil (Salvador, BA), Museu Carmem Miranda, Museu da Moda (Canela, RS).

Como vimos, se com uma busca por palavras-chave na descrição dos acervos, e mesmo testando vários termos diferentes, muitos acervos expressivos de indumentária ficam de fora da lista, ainda mais quando o próprio Cadastro Brasileiro de Museus só atende a buscas pela denominação do museu ou localização geográfica.

Já a bibliografia indica que existem somente dois museus especializados em acervos de indumentária, o Museu do Traje e do Têxtil da Bahia e o Museu de Hábitos e Costumes da Fundação Cultural de Blumenau, e que o maior acervo desta natureza em museu de arte são as cerca de 100 peças do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em que ocupa um papel secundário e é referida como parte das “Coleções Diversas” (BONADIO, 2012).

Algumas considerações

Muitos questionamentos surgiram destas pesquisas preliminares e uma delas diz respeito às motivações para esta invisibilidade das coleções de moda. Seria mesmo uma questão de gênero (TAYLOR, 2004, apud BONADIO, op cit). Por outro lado, notícias tanto na imprensa quanto entre os especialistas da área dão conta de que vários novos museus de moda e de indumentária estão surgindo. A temática é candente e há poucos estudos sobre o estado da arte da musealização da moda e da indumentária no Brasil (ANDRADE, inédito).

Como estratégias imediatas para fortalecer a área vislumbramos a necessidade de um mapeamento tanto dos museus especializados como de acervos e objetos isolados dentro de museus não especializados (museus municipais, museus de arte, museus biográficos, entre outros). Tal mapeamento, que reputamos relevante como projeto de pesquisa e de extensão universitária, deve também incluir um levantamento da produção intelectual sobre estes museus, e resultar na organização de pelo menos um catálogo digital. Para tanto, é essencial a criação de grupos de pesquisa e trabalho interdisciplinares, que também promovam estes acervos como fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento. Somente assim se justificarão os recursos já investidos na musealização de acervos que podem estar sendo subutilizados ou até se deteriorando por falta de atenção em reservas técnicas e depósitos mal organizados, mas também será possível perceber lacunas e planejar políticas de aquisição para o futuro.

Um trabalho fundamental tem sido feito por Rita Morais de Andrade, que além dos textos já mencionados, dissertação de mestrado e tese de doutorado possui diversas outras publicações, entre elas uma revisão da literatura especializada na história do vestir, que apareceu em número anterior desta mesma revista (ANDRADE, 2009). Segundo a autora,

A história do vestir no Brasil está ainda por ser escrita. Ao contrário dos colegas historiadores na Inglaterra, Chile, Estados Unidos, França e Itália, não temos um panorama da história da moda e da roupa brasileira, nem mesmo uma que inicie com a colonização portuguesa, período em que efetivamente as roupas e tecidos seriam encontrados aqui. (ANDRADE, 2009, p.158).

Há uma contribuição fragmentada, e mais voltada para a história da moda. As lacunas nos museus também contribuem e são ao mesmo tempo influenciadas por este panorama, salvo algumas iniciativas como a do evento organizado na Universidade de São Paulo em 2006 que gerou importante publicação (PAULA, 2006).

A Revista *Visualidades* (da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás) tem aparecido como um *locus* fundamental para a discussão da questão, com presença de artigos em vários de seus números que aprofundam o tema, incluindo o mais recente, de Daniela Calanca (2013). A autora apresenta reflexões sobre o sistema da moda italiana e suas conexões com patrimônio, a partir de um centro de excelência neste ramo de pesquisa, a Universidade de Bolonha. A partir das parcerias acadêmicas estabelecidas entre esta e universidades brasileiras como a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de Goiás, antevemos um expressivo avanço no debate sobre musealização da indumentária e da moda, especialmente com a aproximação da Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) de 2016 na Itália, evento em que participarão muitos brasileiros, vários deles participantes do COSTUME, o Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Vestuário. Este será certamente um momento estratégico para fortalecer os laços institucionais e impulsionar ações relativas à moda como patrimônio no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Adriana Mortara. Comunicação museológica: a importância dos estudos sobre os receptores/visitantes. In: SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA. **Anais**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004. p. 327-338.
- ANDRADE, R. M. et al. Moda e patrimônio cultural em perspectiva: I Seminário em História e Historiografia da Moda e Indumentária. In: **Alma Tourism**. Journal of Tourism, Culture and Territorial Development, Bolonha, v. 7, p. 157-161, 2013.
- ANDRADE, Rita Morais de. **Indumentária em coleções de museus no Brasil**: considerações iniciais (texto inédito parte da pesquisa de pós-doutorado da autora, a ser publicado na publicado na Z Cultural, revista eletrônica do Programa Avançado em Cultura Contemporânea – PACC/UFRJ).
- _____. Notas sobre roupa na literatura especializada. **Visualidades**. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual. Goiânia, v. 7, n. 2, p. 152-185, 2009
- BONADIO, Maria Claudia. Moda é coisa de museu? In: COLÓQUIO DE MODA, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. 13 p.
- BONET, Lluís. La economía de la cultura como disciplina contemporánea. In: SCHARGORODSKY, Hector Esteban, ELIA, Carlos M. M. (orgs.). **Economía de la cultura**. Buenos Aires: Observatorio Cultural y Posgrado en Administración de Artes del Espectáculo, 2007. p. 17-44.
- CALANCA, Daniela. Conservação e valorização do patrimônio da moda: o papel social da pós-história. **Visualidades**. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 99-107, 2013.
- COMCOL – Collecting International Committee for Collecting, [200_?]. Disponível em: <<http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-collecting/>> Acesso em: 9 fev. 2013.
- MILLE, Raymond De La Roche. **Museums without walls**: the museology of Georges Henri Rivière. London: City University, 2011. Disponível em: <<http://openaccess.city.ac.uk/2154>> Acesso em: 29 jan. 2014. Unpublished doctoral thesis,
- GORGUS, Nina. **Le magicien des vitrines**. Paris: La Maison des Sciences de l’Homme, 2003.

- GUARNIERI, Waldisa Rússio. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Volume 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS **Museus em números**. Brasília: Ibram, 2011.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MUSEUM INTERNATIONAL: Achievements and Challenges in the Brazilian Museum Landscape. Paris: ICOM, v. 64, n. 1-4, 2012.
- NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). **Economia de museus**. Brasília: MinC. Ibram, 2010.
- PAULA, Teresa Cristina Toledo de (Org.). **Tecidos no Brasil: museus e coleções**. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Memória & História**. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1984. (Enciclopédia Einaudi, 1)

Legislação

- BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União (DOU). Seção 1. 28/07/1961. p. 1569.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. cnpq. Portaria no 55/1990. Regula a coleta de materiais fossilíferos sob fiscalização do DNPM. Diário Oficial da União (DOU). Seção 1, 15/03/1990, p. 5.460.
- BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU). Seção 1. p. 1 - 4. 15/01/2009.

Texto recebido em 30 de outubro de 2014. Publicado em 30 de dezembro de 2014.

Notas

- [1] O ICOM se organiza em 31 comitês temáticos internacionais, nos quais os membros se inscrevem de acordo com suas afinidades.
- [2] Ver a este respeito, por exemplo, Laraia (1986).
- [3] Relação do público com a coleção em um edifício.
- [4] Relação da população que vive em um território e nele produz seu patrimônio, com tudo aquilo que forma este patrimônio (ideia de patrimônio integrado que rompe com as categorias patrimoniais apresentadas no início deste texto apenas para fins didáticos).
- [5] Economia da Cultura é uma área recente e que tem como premissa perceber os bens culturais em consonância com três naturezas de valor – valor funcional, valor simbólico e valor emocional (Bonet, 2004) –, e desta forma dialoga profundamente com as discussões no âmbito do patrimônio cultural e seus usos. Dentro da Economia da Cultura um dos setores é a produção de vestuário e acessórios de moda, que tenta, assim como os museus, diversificar a atenção do campo, muitas vezes excessivamente concentrado na indústria do espetáculo e na produção audiovisual.
- [6] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- [7] Dados fornecidos pelo ICOM-Brasil em 2013, a cuja diretoria agradeço.
- [8] Seminário organizado e realizado conjuntamente pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Goiás (UFG) em junho/2013, no qual apresentamos uma versão preliminar das ideias reelaboradas para este texto.